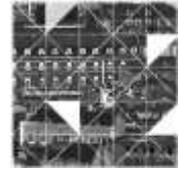

CIDADES, Comunidades e Territórios



“Nós, as meninas da minha família, sempre vamos muito cedo para lá”: Trajetórias migracionais, redes sociais e espaços de vida das domésticas migrantes

Guélmer Júnior Almeida de Faria¹, Universidade Federal de Viçosa, Brasil.

Maria da Luz Alves Ferreira², Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil.

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula³, Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil.

Resumo

Neste trabalho, são analisadas as trajetórias migratórias de domésticas do Norte de Minas Gerais-Brasil, considerando o enfoque nas redes sociais e espaços de vida. O texto ancora-se na realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres migrantes, relacionando com dados secundários do Censo do IBGE /2010. Investem-se nas causas que provocam a migração e como as redes sociais contribuem para as relações de gênero nas migrações. Conclui-se que as redes promovem a inserção no mercado laboral, a adaptação na sociedade e a manutenção dos laços familiares e culturais com a região de destino, e igualmente uma guetização dos empregos femininos.

Palavras-chave: trajetórias espaciais, migrações rurais-urbanas, mulheres, redes migratórias, trabalho doméstico, Norte de Minas Gerais, Brasil.

1. Introdução

O recrutamento de domésticas é uma questão que merece atenção na sociologia do trabalho e na sociologia das migrações. O trabalho doméstico constitui fonte empregadora da maioria da força de trabalho das mulheres migrantes, constituindo verdadeiros “regimes de cuidados” (Lutz, 2017). A migração campo-cidade no Brasil é

¹ guelmerjrf@yahoo.com.br

² mariadaluz@oi.com.br

³ andreapirapora@yahoo.com.br

uma das formas de provisão do trabalho doméstico. E, internacionalmente, as migrações para as tarefas do *care*⁴ (cuidado) são o argumento central para refletir a migração das mulheres.

As trabalhadoras domésticas brasileiras iniciam sua carreira cedo, com 12, 13 anos de idade. Em geral, começam trabalhando em sua própria cidade ou em cidades vizinhas, no interior, para, depois, chegarem até as capitais. Mesmo muito jovens, quase sempre passam por diversas residências, comprovando a alta rotatividade da ocupação. Na maioria dos casos, a iniciação na atividade dá-se através de contatos primários: uma amiga que já está na cidade grande ou um empregador originário da mesma localidade da jovem que visita sempre essa cidade, ex-patroas que acabam sendo uma espécie de intermediárias, criando redes de contatos (Motta, 1977). E uma que vai, leva outra, que leva outra e constrói a rede.

Percebe-se que a primeira mulher que migra inaugura a entrada de outras mulheres neste nicho de mercado de trabalho. A partir da demanda das «amigas da patroa», passa-se a recrutar e alocar mulheres de suas comunidades rurais. E, assim, «uma migrante traz a outra» e o ciclo das redes de relações sociais para o trabalho doméstico efetiva-se e mantém-se. Trata-se de um trabalho geracional e vinculado às estratégias de reprodução de muitas famílias.

O acesso ao trabalho doméstico, embora aparentemente desvalorizado, é entendido como de fácil acesso, mas este não o é. O caráter fragmentado, intermitente, imediato e pessoal do trabalho doméstico (Fernandez, 2018) traz implicações nas relações íntimas do trabalho, por ser exercido em âmbito domiciliar, caracterizando-o por ser complexo e adquirir contornos para além do mercado habitual do trabalho. Sua diferença passa por componentes tais como: indicação por confiança, confiança, cooperação e ajuda.

As domésticas representam, segundo Nori, Bernardino-Costa e Fleysher (2011: 16), “(...) aproximadamente sete milhões de trabalhadoras brasileiras que menos têm direitos em relação a qualquer outra categoria profissional no país. E ainda, este tipo de trabalho reforça uma guetização profissional das mulheres em atividades ligadas aos cuidados, atividades essas muitas vezes entendidas como uma extensão das qualificações «naturais» das mulheres.”

Lugones (2008) traz boas reflexões para pensar que essas domésticas passam por distintas manifestações de discriminações que se intersectam, entre raça, classe, gênero e sexualidade, para entender a preocupante indiferença que os homens demonstram em relação à violência que sistematicamente infringem essa categoria. São mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero.

Os estudos de gênero almejam para além de descrever, interpretar, indagar, compreender e explicar as configurações e as dinâmicas que determinam a legitimidade do lugar social ocupado por homens e mulheres, através, de seus conectados códigos de conduta, práticas e normas. Também, como assinala Fernandez (2018: 525), “(...) buscam desvelar as relações de poder que vêm sendo historicamente estabelecidas, que se exprimem nos processos de dominação dos indivíduos do gênero masculino sobre os do gênero feminino”, a partir dessas configurações e dinâmicas de normas, condutas e experiências.

O gênero como construção social, que constitui as expectativas e expressões do masculino e do feminino de uma sociedade, influencia o modo como se reproduzem a subordinação e a desigualdade, afetando especialmente as mulheres migrantes domésticas, pela sua condição de mulheres, trabalhadoras e de migrantes, e também pelo pertencimento de classe e de sua origem étnica (Magliano, 2007: 4, tradução nossa).

A mulher migrante é considerada como força de trabalho competente para realizar o trabalho doméstico remunerado, sendo que se trata de uma atividade socialmente pouco valorizada, invisível, pouco qualificada, assumida como algo inerente à condição feminina, frequentemente realizada no âmbito da economia informal, sendo as empregadas domésticas frequentemente privadas de acesso aos cuidados de saúde, sociais e de proteção

⁴ Trata-se de oportunidades de emprego relacionadas às tarefas naturalizadas confiadas às mulheres, no espaço doméstico. No Brasil, é representada, em sua maioria, pelas domésticas, babás e cuidadoras domiciliares, mas, igualmente, há uma exportação global dessa mão de obra, inserindo-a nas rotas migratórias, tanto internamente (Nordeste-São Paulo), quanto internacionalmente (Sul-Sul, Sul-Norte).

contra o despedimento em caso de maternidade, bem como do controlo pelas autoridades responsáveis pela inspeção no trabalho (Ramos, 2014: 429).

Essas mulheres, em sua maioria jovens, veem a possibilidade de garantir a reprodução de suas vidas e de suas famílias e da permanência no meio rural através da suplementação de renda, geralmente, com as contribuições de trabalhos temporários nas cidades próximas. Esse trabalho se concatena em atividades ligadas ao lugar social que essas mulheres ocupam na sociedade, tais como: cuidados, diaristas, domésticas, acompanhantes, babás, etc.

Por um lado, o contexto atual diante da regressão dos direitos trabalhistas, mesmo com a regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, a agenda reformista e a diminuição de acesso a programas sociais têm comprometido a situação dessas domésticas, obrigadas a aumentar a carga horária. O reconhecimento da categoria é algo ainda incipiente, além do individualismo e da estratificação social. Confinam-se em nichos laborais pouco valorizados e, naturalmente, femininos, revelando não só o caráter sexista, mas também classista da situação das domésticas migrantes. Por outro lado, as redes sociais fortalecem-se, pois é necessário mais apoio e maior compreensão do fenômeno pelas mulheres. Portanto, o momento piora e afrouxa as relações de trabalho, ao mesmo tempo que as redes fortalecem as relações de solidariedade e ajuda mútua.

Neste artigo, pretende-se analisar as trajetórias migratórias e as redes sociais e, especificamente, a mobilidade espacial na vida de domésticas migrantes oriundas de comunidades rurais e suas relações pessoais que servem para dar continuidade ao processo migratório, no sentido de conseguir informação, escolher o destino e inserir-se no mercado de trabalho da sociedade de destino. As migrações podem ser produzidas por relações muitas vezes imaginárias sobre o lugar de destino, os «espaços de vida»⁵, para tentar entender como esses processos se articulam e como se dá a formação dessas redes. Para Daniel Courgeau (1988), o conceito serve para pensarmos o indivíduo e suas relações com o espaço, dando ênfase na dimensão coletiva (pertencimento a um grupo, a uma comunidade, etc.). Na visão de Assis (2003), as mulheres surgem como os atores que conectam os dois lugares – aqui e lá – por meio das redes sociais. Essas redes sociais são formadas pelas normas do parentesco, gênero e de geração. De tal modo, as mulheres valem-se muito mais da ajuda fornecida por parentes e são elas que também articulam as redes entre os demais domicílios. Diante de tais evidências, este estudo pretende responder às seguintes questões-problema: porque as redes sociais são importantes nos processos migratórios? Como o espaço de vida condiciona a experiência migratória? Quais são as trajetórias migracionais dessas mulheres migrantes?

Para atingir o objetivo proposto, procede-se, inicialmente, as considerações metodológicas, com uma análise situada da área de estudo que o trabalho propõe. Em seguida, é realizada uma revisão de literatura sobre redes sociais e migração feminina, contribuindo para um maior entendimento e diálogo entre as redes de domésticas migrantes. Na próxima seção, propõe-se compreender as trajetórias migracionais e os espaços de vida das domésticas migrantes pesquisadas. Por fim, são tecidas as considerações finais para explicar como as redes sociais são importantes para a migração feminina.

2. Considerações metodológicas

O enquadramento teórico-metodológico sobre as migrações internas no Brasil foi embasado entre as correntes migratórias e o desenvolvimento econômico. Após o processo de industrialização/urbanização, diversos autores têm sinalizado para as lacunas desse modelo analítico. Este estudo é procedente de uma abordagem qualitativa em que o fenômeno migratório é visto como social, expressando suas manifestações no processo social, econômico e político, ao deslocar-se para outra região. Será interpolado com dados secundários do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

O uso de metodologias qualitativas, tais como entrevistas semiestruturadas, etnografias multissituadas e observações diretas são ferramentas valiosas para a produção de dados sobre o fenômeno da mobilidade humana,

⁵ Conceito relativamente recente (cerca de 20 anos), utilizado na Demografia e incorporado à análise populacional pelo francês Daniel Courgeau: espaço de vida. A partir daí, a Demografia, ciência eminentemente quantitativa – ou que se entende assim –, passa a se aventurar no desenvolvimento de um conceito qualitativo e quantitativo ao mesmo tempo.

capazes de fomentar interpretações e o desenvolvimento de conceitos fundamentados em pesquisas empíricas (Maciel, Almeida, 2018).

Consideramos que pesquisar é incorporar-se a um diálogo de saberes e a combinação de análises provenientes de diferentes fontes de dados primárias e secundárias viabilizou a apreensão do fenômeno social de interesse de forma dinâmica e articulada. Além disso, contribui para a realização de estudos migratórios a partir da aplicação de métodos e conceitos alternativos, como espaço de vida, redes sociais e trajetórias. Embora as fontes de dados dos censos demográficos e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sejam de 2010, na verdade, são dados de migração dos anos 2000. Busca-se, assim, atenuar a «censo-dependência» e empregar dados mais recentes com base em técnicas qualitativas.

O enfoque no «espaço de vida» pode modificar a forma como entendemos a dinâmica demográfica, indo além do binômio moradia-trabalho e buscando uma melhor compreensão da complexidade da vida atual. As ferramentas demográficas, em especial as de base censitária, já não dão conta de mensurar e analisar a complexidade contemporânea (Marandola Júnior, Mello, 2005). Por isso, sentimos a necessidade de estudar as trajetórias migratórias, definidas por Giusti e Calvelo (1999: 30, tradução nossa) como “(...) o conjunto de movimentos protagonizado por um indivíduo ou grupo familiar. Implica todas as mudanças de residência em que permaneceu por um período igual ou superior a um ano”.

Serão sistematizados os dados qualitativos recuperados pelas entrevistas, as mudanças nas relações sociais e familiares, os impactos para as condições profissionais ou de trabalho, investigando, também, a forma como as migrantes constroem suas experiências nos contextos de vida e trabalho (Maciel, Almeida, 2018).

No que tange aos dados secundários utilizados nesta pesquisa, foi selecionado o Censo Demográfico de 2010, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A variável data fixa delimita o município cinco anos antes do levantamento. O Censo é uma fonte de informação basilar sobre as migrações no Brasil, pois fornece informações imperativas para avaliação da condição migratória do(as) migrantes.

3. Características da região em análise

A pesquisa foi ancorada pela observação direta e concatenada à realização de entrevistas semiestruturadas com seis mulheres residentes nos municípios de Mirabela e São Francisco/ MG, localizados na Mesorregião Norte de Minas Gerais-Brasil. O estado de Minas Gerais foi dividido em 12 Mesorregiões e em 66 Microrregiões. Esses municípios fazem parte da Microrregião de Montes Claros e Januária, respectivamente. A escolha dessas localidades deu-se em razão de fazer parte do projeto “Do sertão para outros mundos”: as redes de relações sociais nos processos migratórios para o trabalho do/no Norte de Minas Gerais, financiado pela FAPEMIG⁶ e coordenado pelo grupo de pesquisa OPARA-MUTUM/ UNIMONTES/ CNPq.

O Norte de Minas Gerais, conhecido também como os Gerais⁷ na obra de João Guimarães Rosa (1957), fica na região Sudeste do Brasil, área mais rica e industrializada do país. Porém, os índices de desenvolvimento humano são os mais baixos do estado e equiparados aos da região Nordeste do país. É conhecido como Região Mineira do Norte, por sua inclusão em benefícios públicos oriundos do Nordeste, e também conhecido como o «sertão de Minas», ou seja, longe do litoral, da urbanização e da aclamada modernização. Portanto, muitas políticas foram implementadas na região, considerada vazia, sem considerar suas populações locais (Paula, 2003). Destacam-se as políticas de desenvolvimento advindas da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁸, a ocupação e expansão da pecuária bovina extensiva e a disponibilidade de terras livres e os novos projetos de desenvolvimento, calcados na exploração de recursos naturais, reflorestamento e industrialização. Com

⁶ Este estudo é oriundo das primeiras notas de pesquisa realizadas neste projeto, que foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos, da Universidade Estadual de Montes Claros – MG, conforme determina a Resolução nº 196 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de outubro de 1996. Aprovação CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 020/2017.

⁷ “Minas, são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais” (Rosa, 1957: 9).

⁸ Política pública de desenvolvimento regional criada em 1959, continuamente, sendo revisitada pelos planejadores do desenvolvimento para superar as desigualdades regionais dessa região, proveniente de sua geoeconomia, impactada pelo seu clima (seca) e território (aridez).

a intensa intervenção do Estado nas políticas locais, várias mudanças surgiram, tanto nas zonas rurais, como nas cidades brasileiras médias. É, assim, o desenvolvimento do capitalismo e a intensificação do processo de industrialização via urbanização que tecem os meandros das migrações internas no Norte de Minas Gerais.

Outra questão, sempre pontuada na região, é a crise hídrica. Fonseca (2015: 94) diz que: “(...) ao longo dos tempos, políticas públicas foram implementadas com o intuito de amenizar o baixo crescimento econômico dos municípios do norte de Minas, em função da irregularidade pluviométrica, que ocasionou secas prolongadas e o flagelo de muitas famílias”. De fato, a questão da água no semiárido mineiro está vinculada aos discursos e práticas hegemônicas que desqualificam as potencialidades locais, o que acaba gerando um círculo vicioso de pobreza, miséria e expulsão. Muitas políticas de desenvolvimento são calcadas na questão hídrica, valendo-se desse modelo de projeto, sem considerar a realidade e suas especificidades. Portanto tornam-se políticas desenvolvimentistas pensadas de fora para dentro, sem especificidades e parceira com os agentes locais.

Assim, temos políticas públicas de desenvolvimento regional que se pautam desde o acesso a água até a agricultura familiar, sem, contudo, ocorrer uma real transformação da lógica econômica baseada na convivência e nos conhecimentos de seus povos e modos de vida. No contexto, Batista (2010) chama atenção programas de transferências de renda, imprescindíveis para a permanência de famílias no meio rural.

O modelo de «desenvolvimento», na visão de Fonseca (2015), adotado para a região, está baseado no desmatamento, carvoejamento, monocultura e reflorestamento, promovendo a perda da biodiversidade regional e ameaçando a reprodução social da população nativa. Esse modelo provoca a expulsão da população local e incrementa o deslocamento das famílias rurais para os centros urbanos.

As migrações fazem parte do histórico da região. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, muitos norte-mineiros deixaram a região para o «sul maravilha», participando do processo de urbanização e industrialização do país, como mão-de-obra. No destino, pode-se perceber, na década de 1990, de acordo com Baeninger (1999), um fluxo bastante intenso de nordestinos para o interior e para a Região Metropolitana de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Já as migrações de retorno aconteceram em direção ao Nordeste e ao Estado mineiro. Essas migrações de retorno, em parte, explicam os processos migratórios da região Norte de Minas, onde a reprodução social na origem é garantida no destino. Através do trabalho, muitas famílias têm lógicas próprias de vivenciar esses tempos da migração. O calendário anual é feito de modo a conjugar o trabalho e a vida. Metade do ano é «rural» e a outra metade é «urbana».

Assim, como um traço característico da paisagem do norte de Minas Gerais, essa mobilidade espacial é também parte acessória da dinâmica populacional, como traço da cultura local. Isso se torna uma marcante característica da parte Norte do Estado de Minas Gerais, que não é específica apenas dessa região, mas é um fenômeno bastante acentuado, que corresponde à intensa mobilidade espacial, marcada pela saída da população rural de seus locais de origem e causadora do «esvaziamento populacional» (Costa et al., 2008).

Assim, quando falamos desse cenário, as práticas, seus significados e seus sentidos, vão depender das unidades familiares. Importante ressaltar que a mobilidade entre rural e urbano na região tornou-se também uma forma de resistência dos povos nativos. Ao migrar apenas um membro da família, é possível a garantia da permanência do rural, na terra familiar. Muitas mulheres migrantes fazem parte dessa estratégia de reprodução rural, embora, nas idas e vindas entre cidade e campo, muitas fiquem na cidade e, como já dito, levam outras mulheres ou toda a família nuclear. Mas, na essência, trata-se de um fenômeno coletivo, vivido e vivenciado por grande parte da população que habita o espaço do Norte de Minas Gerais.

4. Referencial teórico

4.1. Redes sociais, gênero e a migração feminina

Nesta seção, propõe-se um diálogo com a literatura para melhor entendimento desses processos. Na literatura sobre os novos paradigmas interpretativos das migrações contemporâneas, as redes sociais têm ocupado importante

debate. Igualmente, quando se analisa pelo viés do gênero, as redes sociais configuram-se como importante obliquidade teórica para pensar as mobilidades femininas em contraposição às teorias das escolhas racionais.

Teixeira (2015) indaga-nos a pensar como os migrantes são tratados como uma massa universal de sujeitos heterossexualizados e sem distinções de gênero, que migram apenas por questões econômicas. Pois, ser mulher, doméstica e migrante imbrica-se em ser migrante para além das necessidades econômicas. Assim, devem-se privilegiar estratégias de reprodução da vida dessas trabalhadoras domésticas migrantes, que estão calcadas em redes sociais das migrações.

No Brasil, de acordo com Assis (2003), os estudos de redes sociais têm sua tradição ligada aos estudos de migração interna, descrevendo o longo percurso dos movimentos migratórios do Nordeste para São Paulo e a rede de relações que envolviam. Os estudos analisam a formação e a consolidação das redes no caminho do campo para a cidade, como no estudo de Durham (1984).

Ao atrelá-lo aos estudos sobre migração das mulheres, Catarino e Oso (2000) evidenciam que o trabalho doméstico nas grandes cidades tem se nutrido, tradicionalmente, em diversos contextos geográficos e temporários, de mulheres jovens provenientes do meio rural. O estudo que tem abordado a migração feminina e o trabalho doméstico centra-se nos movimentos internos e no papel do trabalho doméstico como prática distinta para as classes que podem pagar por ele. Isso, na visão da doméstica tradicional, que convive com os empregadores, mantém as relações de trabalho, paternalistas, com isolamento social, a duras e pesadas condições de trabalho e vida.

Nesse sentido, identifica-se que as motivações individuais, as relações familiares, a origem social e cultural, as interações dentro e fora do grupo social, as referências de *status* associadas à profissão, no caso aqui, das domésticas, condição de migrantes, o ambiente urbano presente e o passado, num marco de relações sociais de gênero, designam um lugar social à trabalhadora doméstica migrante e apresentam-se como elementos que concorrem para a produção do espaço das migrantes. Os fluxos migratórios, na visão de Ramella (1995: 48, tradução nossa), amparam-se em importantes e bem arranjadas redes de migrantes, definidas como um “tecido de relações interpessoais em que os indivíduos foram imersos – em tempos e espaços específicos – e entrelaçados em torno de si mesmos.”

As redes sociais emergem, segundo Assis (2003: 209), “(...) em decorrência do próprio desenvolvimento desse processo migratório e das conexões que passam a ser estabelecidas entre os locais de destino e origem dos migrantes. As redes sociais foram se configurando e são importantes para podermos desenhar o fluxo e compreender como se articulam.”

Fazito (2002) afirma que, historicamente, os processos migratórios parecem se originar e se organizar através das redes familiares (laços de consanguinidade e afinidade), que oferecem o apoio social (através dos vínculos afetivos e das normas estatutárias), instituído segundo as regras de reciprocidade, de acordo com a natureza social da família. Embora estudiosos da demografia da família questionem-se sobre a modificação das funções de apoio social atribuídas às famílias ao longo da história, pode-se dizer que, de uma forma ou de outra, os arranjos familiares desempenham intrinsecamente a função efetiva de suporte social de seus membros.

Truzzi (2008: 207) afirma que: “(...) é por meio das redes que são veiculadas informações e opiniões que condicionam a favor da emigração. As redes sociais, geralmente de parentesco, amizade ou mesmo religiosas, são fundamentais para explicar a chegada ao destino, sobretudo porque elas ajudam a reduzir o custo psicológico e econômico da emigração.”

Para Piselli (1998), as redes sublinham a complexidade e o entrelaçamento das esferas informais e formais da economia, a importância das variáveis sociais através das quais se desencadeia o processo econômico e, ainda, as inter-relações entre as unidades de produção, instituições, território e grupos étnicos. Defrontamo-nos, assim, com espaços múltiplos de trocas, definidoras de situações de igualdade, de amizade e de «circuitos de confiança».

No entanto, quando se analisa pelo viés do gênero, Hagan (1998) demonstra que variação na estrutura das redes sociais influencia diferentemente a adaptação de homens e mulheres. Enquanto os homens se inserem em uma

rede de controle da organização social do processo de trabalho, as mulheres submetem-se essencialmente ao trabalho doméstico e, em geral, moram no emprego. Assim, as redes sociais das mulheres giram em torno de redes fechadas ou encapsuladas. Essa situação acaba por influenciar a busca e a indicação de trabalho, bem como dificultar a mobilidade do trabalho, subjugando as trabalhadoras domésticas migrantes em um eterno refúgio, que é o trabalho doméstico.

Como exemplifica Lisboa (2007), as categorias de modalidades do trabalho doméstico – domésticas externas, mensalistas, faxineiras ou diaristas –, geralmente, são compostas por mulheres pobres, com filhos menores, morando nas periferias das grandes cidades, muitas vezes sem creche ou escolas em tempo integral para seus filhos. É nesse momento que as redes de apoio se fazem presentes, garantindo acolhimento e estabelecimento no trabalho na cidade, o que, segundo Neto e Nazareth (2012) muitas vezes, são sua única forma de articulação com o mercado de trabalho, mesmo que o vivam de forma irregular e informal, sem as garantias previstas em lei. Atualmente, não oferecer alojamento para as empregadas é uma maneira de cortar gastos para a classe média.

A teoria das redes sociais, de acordo com Piselli (1998: 110), “(...) com base nas respectivas redes relacionais, reconstruem o tecido das relações sociais e econômicas, as trajetórias e os canais da mobilidade social, bem como as dinâmicas de conflito e mudança”. Essa rede de relacionamentos é caracterizada por laços fortes e múltiplos que restringem cada mulher migrante a um intercâmbio constante de dinheiro, serviços, informações e apoio moral. As protagonistas desse sistema de relações não veem a imigração como uma ruptura com seu mundo de origem. As redes encapsuladas (fechadas em si), segundo Decimo (1998), em um estudo sobre mulheres migrantes somalianas, em Nápoles, na Itália, percebeu que a conduta fechada de viver em uma cidade das mulheres somalianas estavam ligadas por várias formas de reciprocidade, o que lhes permite satisfazer muitas das suas necessidades.

Já em estudos sobre mulheres migrantes na Europa do Leste, Hellerman (2005) apontou que as domésticas e, em particular, as domésticas internas (aquelas que dormem no domicílio, seis dias ou seis dias e meio), são muito limitadas às possibilidades que elas têm para se encontrarem com outras pessoas, obter apoio e criar redes sociais próprias.

Logo, quando se analisa do ponto de vista da sujeição a que estão submetidas, estas mulheres estão muito sós e, por esta razão, encontram-se numa situação extremamente vulnerável. Como seu dia de folga é normalmente o domingo, a igreja torna-se num elemento social com grande importância em seu trajeto migratório. A missa aos domingos e, sobretudo, os encontros informais que ocorrem depois, na rua, oferecem uma possibilidade regular para ver outros imigrantes e estabelecer, pelo menos, alguma forma de interação social (Hellermann, 2005). Assim, “(...) além de sofrerem com a segregação laboral que se utiliza da condição como migrante para destinar essas mulheres a trabalhos de pouca valorização e informais, também se percebe que há muitas barreiras para melhoria das condições de trabalho ou mobilidade social das migrantes, já que não conseguem ter acesso à rede educacional” (Bertoldo, 2018: 318).

Para Soares e Rodrigues (apud Angelin, 2012), as relações estabelecidas entre as protagonistas de uma rede também apresentam forma e conteúdo. O conteúdo dessas relações é construído através da natureza dos laços, sejam eles de parentesco, amizade, afetividade, etc. Já a forma da relação compreende dois aspectos, a intensidade do laço entre as protagonistas da rede e o grau de reciprocidade com que o laço entre elas se manifesta.

Quanto ao capital social e seus efeitos benéficos, Portes (2000: 135) aponta que “as redes sociais não são um dado natural, tendo de ser construídas através de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização das relações do grupo, utilizáveis como fonte digna de confiança para aceder a outros benefícios”. Por isso, a migração feminina ancora-se em redes sociais, para que as domésticas estejam inseridas no mercado de trabalho. Para a migrante, o trabalho caracteriza a única via possível de mudança, sobrevivência e esperança de uma melhora de vida.

Para Baeninger (apud Salata, 2017), é recomendável compreender as relações com os locais de partida e de chegada, simultaneamente, os chamados «espaços de vida», ou seja, aquelas porções do espaço onde as mulheres migrantes realizam suas atividades e se realizam. Logo, essas mulheres migrantes, para Lima e Conserva (2006),

inserir-se em estruturas de redes que resultam de sua posição na estrutura social e de uma cultura decorrente dessa posição que se manifesta na experiência cotidiana. Embora com condicionantes sociais decorrentes da estrutura social, a ação individual não se restringe a esses condicionantes, existindo certa liberdade na escolha de estratégias de ação permitindo mobilidades dentro da estrutura. O formato da rede social e/ou a participação em diversas redes favorece o acesso a recursos diferenciados, o que explica que mulheres migrantes de mesma origem social construam trajetórias sociais distintas.

Portes (2000) afirma que os efeitos negativos dos laços sociais podem produzir maior controle sobre os comportamentos desviantes e fornecer acesso privilegiado a recursos, podendo também, restringir as liberdades individuais e vedar a terceiros o acesso aos mesmos recursos através de preferências particularistas. Portanto, as redes de apoio no local de destino são responsáveis pela criação das condições necessárias para garantir a inserção das mulheres migrantes no trabalho doméstico e ancorar suas trajetórias migracionais dentro de um espaço de vida que está em frequente transformação e adaptação.

5. Resultados e discussão

5.1. Trajetórias migracionais e espaços de vida das domésticas migrantes

Nesta seção, apresentam-se as trajetórias migratórias de duas interlocutoras da pesquisa⁹ e também suas formas de movimentação pelo espaço. Embora não se trate propriamente de uma investigação sociológica das trajetórias migratórias, elas se mostraram um material empírico relevante para se pensar a questão das redes sociais e dos espaços de vida dessas mulheres migrantes.

Procurando apontar algumas características das participantes da pesquisa, serão descritas algumas histórias das entrevistadas. De maneira geral as médias de idade, no início da pesquisa, em 2017, era entre 40 e 60 anos. Além disso, essas mulheres tinham baixa escolaridade, sendo que, na maioria dos casos, possuíam apenas o Ensino Fundamental, o equivalente a apenas cinco anos de estudos ou menos. As trajetórias migracionais estão inseridas em migrações intraestaduais (São Paulo/ SP, Brasília/ DF, São José dos Campos/ SP, Campinas/ SP) e intrarregional (Belo Horizonte/ MG, Patos de Minas/ MG, Contagem/ MG, Nova Serrana/ MG, Ribeirão das Neves/ MG, Montes Claros/ MG), sobressaindo entre a maioria a migração de retorno aos seus municípios de origem (Mirabela/ MG e São Francisco/ MG) ou municípios próximos dentro da mesma região (Japonvar/ MG e Montes Claros/ MG).

A intensificação capitalista no campo e a concentração fundiária são fatores relevantes que proporcionam a migração rural/urbana, em regiões como o Norte de Minas, que apresenta uma alta concentração de terras. Além disso, há as relações de poder praticadas pelos latifundiários e uma mão de obra com baixa qualificação, que fazem com que a migração para as cidades seja uma opção à exploração da mão de obra e à dominação que os trabalhadores rurais enfrentam (Oliveira, 2012).

Quanto ao sexo dos(as) emigrantes do Norte de Minas, não há expressiva diferença entre mulheres e homens, sendo 50,28%, do sexo feminino, e 49,72%, do sexo masculino. No caso, as mulheres se sobressaem. Nas microrregiões Grão Mogol, Montes Claros, Pirapora e Bocaiúva predominaram emigrantes do sexo feminino, todavia, as diferenças não são grandes. Segundo Fonseca (2015: 207), apresentaram mais emigrantes do sexo masculino “(...) as Microrregiões de Salinas, Januária e Janaúba, mas a quantidade a mais também foi pouca, respectivamente: 104, 285 e 437 homens. Na Microrregião de Grão Mogol foram registrados 173 emigrantes a mais do sexo feminino, na Microrregião de Bocaiúva, 237 mulheres; na Microrregião de Pirapora, 372 mulheres; e na Microrregião de Montes Claros, 742 mulheres” (Fonseca, 2015, p. 207).

Esses dados reforçam a tese de Raveinstein (1980) de que as mulheres tendem a migrar mais do que os homens, principalmente, a migração de curta distância. Herrera (2012) pontua que a relação de gênero e migração faz-se

⁹ Foram realizadas trajetórias das seis mulheres migrantes participantes desta pesquisa. Apenas para ilustrar, serão utilizados como exemplo dois esquemas migratórios (A e B). Não é a intenção discorrer sobre a trajetória migratória de vida de cada participante.

presente com a participação das mulheres nos fluxos de migração rural-urbana que transformaram as cidades durante o século XX, momento de auge das políticas neoliberais implantadas na América Latina, que serviram como um dos mecanismos através dos quais muitas mulheres ingressaram pela primeira vez no mercado laboral, principalmente, no setor doméstico.

O trabalho doméstico considerado em territórios nacionais implica uma circulação de pessoas entre mundos sociais e culturais distintos (entre classes; entre, muitas vezes, etnia, pessoas ou grupos racializados; entre rural e urbano; entre bairros urbanos, etc.). O circuito é feminino e, quase sempre, a circulação é de mulheres (Kofes, 2001: 23).

Quando questionadas sobre a motivação para migrar para o trabalho doméstico e como ocorre a indicação, uma das participantes respondeu:

Do emprego? Às vezes a pessoa está lá trabalhando, né? Igual eu mesmo. Se eu quisesse falar assim: fulana, você, com passar do tempo, eu vou embora, mas meu serviço vai ficar aqui, você quer vir? E com certeza, aí, você fala assim: como é que é o seu serviço? Vou explicar tudo, aí, você vai. Aí, eu já indico você lá. Oh! Fulana de tal conheço, fulana de tal é direita, ela é isso aqui. Porque você sabe que, nesses lugares, eles têm que ter informação de tudo, tudinho! Como é que você é e como é que você não é. Aí, eu vou e já indico você lá. Aí, você já vai indicada minha. Aí, você já vai fazer o serviço. Então, é igualmente o que passa eles já fazem assim. Quando a pessoa vai, quer ir trabalhar fora, ela vai indicada por outra. Aí, fulana chega lá e já tem serviço, né? Aí, a pessoa vai naquilo, porque tá aqui sem trabalhar mesmo. E se eu falasse assim “tem serviço agora em Belo Horizonte”, eu ia, entendeu?

(Migrante B., 55 anos, doméstica)

Assim, percebe-se a compreensão do trabalho doméstico e a migração interna de mulheres de comunidades rurais, pobres, com os pressupostos, segundo Monticelli (2017: 5), de “servilistas, que muitas vezes se conectam com práticas discriminatórias e desiguais. São justamente esses discursos, práticas, lógicas, símbolos e representações que fazem parte da ‘cultura doméstica’”. A «cultura doméstica» é intrinsecamente formada nas relações de poder familiares, da divisão sexual do trabalho, nos espaços, lugares e constitui importantes posicionalidades que diferenciam e mantêm hierarquias. No Brasil, é muito comum a cooptação das jovens do meio rural para se empregarem em «casas de famílias» nas cidades com várias justificativas, tais como: «estudar», «comprar suas coisinhas», «apadrinhar», «fazer companhia», «ajudar a olhar as crianças», etc.

As declarações acima expressam os modos pelos quais muitas dessas trabalhadoras são inseridas no trabalho doméstico, para a complementação de renda, apadrinhamento, instrumento disciplinador ou proteção da marginalidade, etc. Isso torna relevante o cruzamento da diferença de gênero com a classe social, que, na visão de Crenshaw (2002: 178): “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.”

Quanto à idade, os(as) emigrantes por idade da Mesorregião do Norte de Minas, segundo a faixa etária, foram encontradas de cinco até 102 anos, considerados com idades entre cinco até 19 anos (jovens) correspondem a 29,70%; de 20 até 59 anos (adultos) chegam a 66,05%, a maioria tanto do sexo feminino quanto do masculino; com 60 anos ou mais (idosos) com 4,25% (Fonseca, 2015).

Santos (2015) chama a atenção para a migração de meninas ou mulheres jovens para se empregarem em residências nas cidades como uma prática comum. A migração é voluntária ou induzida pelos pais – ora as mulheres migravam por iniciativa própria, ora eram enviadas na infância pelas famílias.

A interpretação dessa origem comum das domésticas pode ser vista como uma prática cultural aliada à «cultura doméstica» e à «cultura migratória» das famílias pobres da região Norte de Minas Gerais, configurando-se, também, como uma tática de sobrevivência articulada às construções de gênero dos grupos familiares desprovidos da zona rural e de redes sociais.

Então, eu não fazia igual minha filha mesmo, que me levou para São Paulo. Fez tudo! Oh, mãe, lá, ganha mais, a empregada doméstica ganha mais... Então, a senhora vai para lá. Aí, larguei o meu emprego em Belo Horizonte e rapei pra lá. Aí, lá, eu sei que minha filha que me levou, mas só que lá eu não senti pelo clima de lá ser igual de Belo Horizonte.

(Migrante B., 55 anos, doméstica)

Esse relato oral coaduna com as questões geracionais que estão presentes nas relações do trabalho doméstico. A maioria das mães das trabalhadoras domésticas entrevistadas disse que já prestou serviços domésticos em alguma época da vida, ou ainda continuam a realizá-lo, assim como revelou-se, também, que ele está presente entre as mulheres de uma mesma família.

A transformação social e econômica da região promovida por baixos índices de desenvolvimento social e humano, projetos de desenvolvimento calcados na expulsão de comunidades tradicionais, a falta de políticas públicas bem geridas, reforça a tese de alguns estudiosos, tais como Paula (2009), Fonseca (2010), da criação de uma espécie de «cultura de migrar». Segundo Souza (2016), ela é transmitida através das gerações e pelas redes sociais. Essa cultura molda valores e atitudes, elevando o deslocamento a um «fato natural» oportuno para se atingir o sucesso financeiro pessoal e familiar.

Assim, quando falamos desse cenário, concordamos que as práticas, seus significados e seus sentidos vão depender das unidades familiares. Mas, na essência, trata-se de um fenômeno coletivo, vivido e vivenciado pela maior parte das mulheres que habitam no espaço do Norte de Minas Gerais.

A Tabela 1, a seguir, expressa a população emigrante do Norte de Minas, segundo data fixa (2010). Na microrregião de Montes Claros, há 41.064 emigrantes, onde está inserido o município de Mirabela, que apresentou um total de 1.410 emigrantes. Na microrregião de Janaúria, o número de emigrantes é de 23.731, onde está localizado o município de São Francisco, com 11.206 emigrantes.

Tabela 1. População total/emigrantes, Norte de Minas, data fixa (2010)

Microrregião	População Total (2010)	Emigrante (data fixa)	Percentual (%)
Grão Mogol	42.669	3.887	9,10
Bocaiúva	68.624	4.819	7,02
Salinas	210.771	15.978	7,58
Pirapora	164.903	16.074	9,74
Janaúba	247.487	22.957	8,29
Januária	274.092	23.731	8,65
Montes Claros	601.867	41.064	6,82
Total	1.610.413	128.510	7,97

Fonte: IBGE, Censo 2010 apud Fonseca (2015).

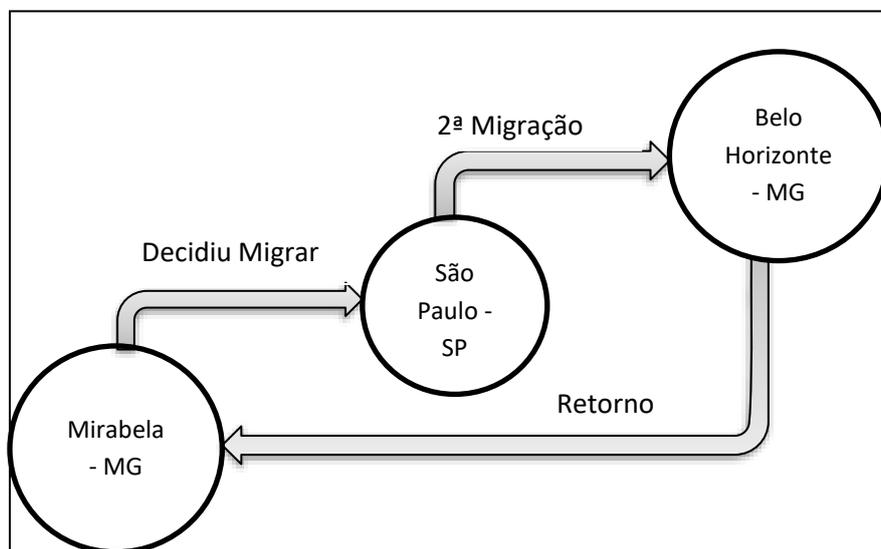
Para Fonseca (2015: 161): “a emigração é histórica na Mesorregião Norte de Minas, sendo agregada a vários fatores: pobreza, miséria, atraso econômico, longo período de seca, dificuldades de produção e capacidade de suporte que os rendimentos da migração dão à reprodução da população”. As migrações fazem parte do histórico da região. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, muitos norte-mineiros deixaram a região para o «sul maravilha», auxiliando na urbanização e industrialização do país. Seja por causas objetivas ou subjetivas, essas migrações, ora de caráter temporário, ora definitivo, regem uma necessidade de muitos norte-mineiros, fazem parte da cultura as idas e vindas, trajetórias que transformam geração após geração (Fonseca, 2015).

Giusti e Calvelo (1999) afirmam que o estudo da trajetória migratória constitui um enfoque longitudinal que permite a compreensão do modo pelo qual as pessoas conjugam diferentes práticas residenciais no transcurso das etapas de seu ciclo de vida. Devido à migração, a trajetória migracional das domésticas foi se ampliando no decorrer do tempo. Fez-se necessário pesquisar o conjunto de deslocamentos e as mudanças de residência em que elas permanecem por um período de tempo igual ou superior a um ano. Espacialmente, o conjunto de lugares a partir dos quais se operam os deslocamentos mudaram. Na trajetória da migrante A. (Figura 1), por exemplo, tem-se uma trajetória direta de Mirabela/ MG para São Paulo/ SP, para trabalhar como doméstica, e uma trajetória de resguardo para Belo Horizonte/ MG, quando decide retornar ao local de origem, Mirabela/ MG. A trajetória migracional amplia-se para três locais, conformando espaços de vida e trabalho. Quando indagada sobre como decidiu ir para São Paulo/ SP, ela relata:

Pra caçar uma vida melhor, né? Porque, aqui, eles falam, assim, que hoje em dia aqui está melhor, está muito bom, mas até a cidade aqui não tem muitos anos que ela é emancipada. Me parece que ela só tem 54 anos de emancipação. Então, assim, é mais complicado, inclusive até hoje não tem trabalho, firma, essas coisas não têm.

(Migrante A., 40 anos, doméstica)

Figura 1. Trajetória migracional da migrante A



Fonte: Elaboração própria (2017).

A trajetória migracional da migrante A., 40 anos, doméstica há mais de 20 anos, começa com sua mãe, que foi a primeira a migrar. O deslocamento migratório funciona como estratégia de reprodução social familiar e geracional, desenhando um tipo de trajetória atrelada ao espaço físico, mas que se constitui uma trajetória imaginária, pois parece ser uma resposta ao deslocamento através de representações do lugar de origem e da busca por trabalho. O espaço de vida (Mirabela/ MG) é algo imaginário, e o local de trabalho (São Paulo/ SP, Belo Horizonte/ MG) guia sua trajetória migratória e vida. Em relação à percepção da mudança de vida, ela disse:

Ah! Eu acho que até mesmo em questão financeira, né? Questão financeira! Porque minha mãe fala assim, que é quando ela morava aqui, os pais dela trabalhavam na roça, né? Vivia trabalhando na roça para os outros, assim, é mesmo que é igual ela fala quando ela foi embora para lá trabalhar na casa de família, assim, mas era melhor, né? Mesmo assim! As coisas era melhor do que quem morava aqui que trabalhava na roça. Eu acredito que para ela foi melhor

(Migrante A., 40 anos, doméstica)

A partir da narrativa da trabalhadora constata-se que a experiência migratória é feita com base nas redes de relações. O que seriam as relações? E o que seriam os atributos? De acordo com Portugal (2006), as relações são laços. Estes podem ser fracos, fortes, mistos e neutros. Os laços fortes são de identificação (parentesco, pertença); os fracos são de diferenciação (duração de uma relação); os mistos apresentam, ao mesmo tempo, identificação e

diferenciação; e os neutros não apresentam nenhuma dessas características. Os laços positivos são aqueles com interação frequente e os passivos de interação irregular. Os conteúdos das redes de relações da migrante A. são baseados em redes de parentesco (irmãos, pais – pontos), com circulação de informação de trabalho (conexões). Quando questionada sobre a facilidade de encontrar trabalho nas capitais, a fala da entrevistada remete para a identificação de pessoas que operam na migração:

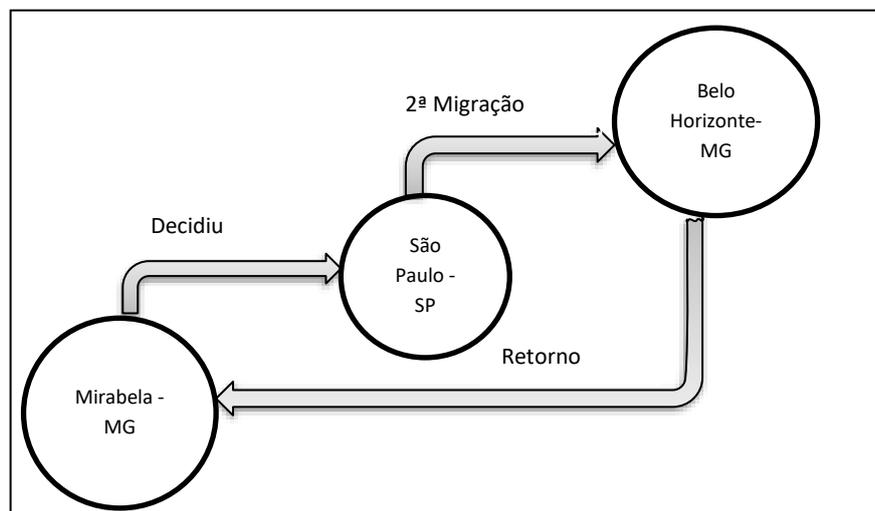
Oh! eu acho que foi assim, eu não sei te explicar quem foi, mas a maioria, assim, uma foi primeiro. Aí, tipo assim, aí, como tem família aqui, uma passa para a outra, é melhor. E aí por diante, são desse jeito e vai indo, vai indo, vai indo. É igual eu te falei, minha mãe, o fato dela ter ido para São Paulo e depois foi para Belo Horizonte e nisso, por ela ser a única que morava lá, aí, depois as irmãs dela mesmo foram para lá, moram lá. E foi assim, através de um que acaba levando a outra. É melhor assim e, assim, por diante vai

(Migrante A., 40 anos, doméstica)

Assim, sua rede pode ser interpretada utilizando-se desse arcabouço teórico para dizer que «são redes de laços fortes e positivos», pois há um sentimento de pertença (parentesco) e com interação frequente. Quanto maiores os conteúdos das relações (trabalho, moradia, ajuda nos cuidados, suporte na chegada ao destino, indicação para o trabalho), maiores serão os vínculos de reciprocidade, vínculos afetivos, reconhecimento mútuo e solidariedade. No dizer de Portes (1999: 12), as redes são “um conjunto de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos”. Trata-se de uma imbricada rede de pertencimento e sociabilidade capazes de dar sentido a ações sociais através da territorialização, no arranjo, na passagem, ou na permanência no lugar de destino, ou seja, contribuindo para a sua adaptação, integração ou definindo sua posição.

Vejam a trajetória migracional da migrante B. (Figura 2), 55 anos, doméstica há mais de 25 anos, com uma filha que, igualmente, trabalha como doméstica em São Paulo/ SP. Sua primeira migração foi para a cidade de Contagem/ MG para trabalhar no sítio de seus patrões; não quis ter a carteira assinada. Convencida pela filha, teve sua segunda migração para a cidade de São Paulo/ SP. No entanto, teve dificuldades com o grande centro urbano, retornando ao município de origem, São Francisco/ MG, mas, em sua fala, destaca que, havendo oportunidades de emprego em Belo Horizonte, regressaria.

Figura 2. Trajetória migracional da migrante B



Fonte: Elaboração própria (2017).

Esse espaço de migração e os tipos de trajetórias espaciais inseridas nele parecem ter relação com os diferentes motivos de migração dessas mulheres. Mas é imperativo observar a intervenção no sistema de reprodução familiar e socioeconômica de suas famílias. Essa rede caracteriza-se pela informação e indicação por trabalho. Na prática, a filha mostra-se como uma informante confiável que já lidou com o processo migratório. Para ela, sua honestidade

é fator preponderante de cooperação e confiança, associando a migração como forma de «capital social», também apontado por Piselli (2008) como os circuitos de confiança. São estratégias recorrentes dos empregadores para recrutar domésticas. Ao se utilizarem disso, apoiam-se nas redes sociais dessas migrantes.

Pesquisador: Você trabalhou lá em quantas casas?

Migrante B.: Eu trabalhei... Oh minha filha, eu trabalhei em várias casas lá.

Pesquisador: De empregada doméstica? Muitas mulheres vão trabalhar de domésticas lá?

Migrante B.: É. Várias... Várias.

Pesquisador: Como que vocês ficam sabendo desses empregos, esses trabalhos?

Migrante B.: Não. Informação das outras que iam passando. Uma ia passando para outra e indicando como que era o serviço. Aí, eu conseguia pegar o serviço.

Para Portes (1999: 16), “o capital social refere-se à capacidade dos indivíduos para mobilizar recursos escassos em virtude da sua pertença a redes”. Estes recursos podem incluir bens econômicos tangíveis, como empréstimo financeiro. Quando perguntamos quem são as pessoas da sua rede pessoal que podem contar para pedir ajuda financeira a resposta foi: a família. No caso de bens intangíveis (como informação), quando perguntamos quem são as pessoas da rede pessoal com quem podem contar para pedir indicação para o trabalho, a resposta foi: dentro do próprio grupo de domésticas. A principal característica destes recursos é que são gratuitos. Eles têm a marca da dívida. Não se espera que seja pago monetariamente, pelo contrário, os recursos implicam a expectativa da reciprocidade em algum momento futuro.

Foi com minha filha que foi. Mas é por isso que eu vou falar com você que tem pessoa lá que sabe o que fala: ah, se fulana vir, eu consigo um serviço para ela. Então, através disso, minha filha mesmo foi, foi assim através de outra que trabalhava lá e levou ela, encaixou ela. Então, é por isso que eu falo que uma vai passando para as outras

(Migrante B., 55 anos, doméstica)

Os conteúdos das redes de relações de B. são baseados em redes de parentesco (filhas – pontos), com circulação de informação de trabalho (conexões). Isso corrobora para «redes de laços fortes e positivos». Portanto, os atributos, as relações e as trajetórias dessas domésticas migrantes internas vão depender das diferenças e características pessoais com as quais construíram e mantiveram seus vínculos, como cada uma delas mobilizou sua rede de relações e outras variáveis de acordo com ciclo de vida e das suas trajetórias na busca por trabalho. «Elas movem as redes e as redes as movem» significa dizer que as redes promovem a inserção no mercado laboral, a adaptação na sociedade e a manutenção dos laços familiares e culturais com a região de destino, diminuindo o desgaste psicológico com a desintegração familiar e saída do local de origem e, igualmente, «uma migrante traz a outra».

No entanto, Portes (1999) refere-se às redes sociais como dependendo das características das suas redes e das posições pessoais no interior delas. Essas mulheres podem ser capazes de mobilizarem uma quantidade significativa de recursos, de evitar um controle apertado do seu comportamento egoísta ou, pelo contrário, podem se encontrar estreitamente condicionadas pelas expectativas impostas pelo grupo.

Estas redes de mulheres domésticas migrantes têm caráter antagônico, pois, ao mesmo tempo em que a rede funciona como uma inserção no trabalho e na própria comunidade de destino, têm caráter fechado, encapsulado, que obscurece as novas relações sociais com sujeitos exteriores a essa rede, dificultando transpor a categoria doméstica. Ou seja, os seus contatos não parecem suficientes para fazê-la ingressar em outro nicho do mercado de trabalho. Isso porque poucas são as pessoas do seu círculo de relações que têm ligação com outras áreas, muito parecidas com ela do ponto de vista socioeconômico.

Na opinião de Portes (1999: 19), “quanto maiores forem a densidade e a sobreposição de relações das redes envolvidas, e quanto menos central for a posição de um membro em dívida, maior será a confiança no seu cumprimento das expectativas de reciprocidade”. Ou seja, esse grupo de domésticas não forma um grupo coeso, o que aumenta as possibilidades de trocas e solidariedades, impondo-lhes limites bem definidos.

Na visão de Fazito (2002), o contexto social dominado pela coletividade seria regido por estruturas, instituições, normas e interação cotidiana e, assim, definiria a «condição de migrante» dos indivíduos. É preciso estar conectado às estruturas sociais adequadas para que a migração se configure como estratégia coletiva (e individual, em outro momento), concreta e plausível e as domésticas decifrem sua condição de migrante apoiadas em redes sociais de ajuda mútua.

Assim, para Catarina e Oso (2000), a maioria das mulheres são jovens provenientes do meio rural, que se empregam como domésticas internas nas «casas de famílias» de classe média, onde tem assegurado o alojamento e manutenção nas cidades. Isso não anula o suporte por adesão em uma rede social.

As trajetórias migratórias ajudam na discussão de Saquet e Mondardo (2008), expondo que o fenômeno migratório é produto e produtor de uma complexa trama territorial entre os territórios de origem e de destino das migrantes no «ir e vir» da busca pelo trabalho (reprodução social), adotando a importância dos vínculos com a origem, que são levados em conta tanto para decisão de permanecer no destino, como para fundamentar o retorno, ou ainda a circularidade/ rotatividade. Essas migrantes estão em transição, são expulsas de suas comunidades pela falta de perspectivas, habitando espaços liminares, sejam dos estereótipos de gênero, sejam dos geopolíticos. Migram em busca de uma conexão possível entre espaço, história, trabalho e sociabilidade, onde possam estabilizar suas identidades e sentidos de pertencimento, seja a um grupo de domésticas ou a uma cidade globalizada (Teixeira, 2015).

O aspecto comum encontrado em ambas as trajetórias descritas sinalizam para a migração de retorno. Conforme Campos, Reis e Colla (2016: 2), “o retorno muitas vezes se verifica por algum equívoco de avaliação quanto às oportunidades no local de destino, o que resulta em frustração no que tange às suas expectativas quanto às melhorias almejadas”.

Por meio dessas trajetórias migracionais, percebemos que muitas são as motivações que as levaram a migrar. Os fatores macroestruturais afetam tanto quanto os fatores microestruturais na migração feminina. As relações de gênero atreladas às redes sociais se vislumbram enquanto tática migratória e operam no binômio estrutural da migração: «esperança» e «fracasso». Como corroboram Campos, Reis e Colla (2016: 3) “(...) o retorno não ocorre pura e simplesmente por um «sucesso» ou um «fracasso» econômico no mercado de trabalho de destino, mas também se relaciona com o próprio ciclo de vida das migrantes”.

6. Considerações finais

Considerando que as redes sociais da migração constituem aspecto relevante para os estudos das relações das domésticas e não basicamente dos atributos de que cada uma delas possuem, elas promovem a inserção no mercado laboral, a adaptação na sociedade e a manutenção dos laços familiares e culturais com a região de destino, diminuindo o desgaste psicológico com a desintegração familiar e saída do local de origem. Assim, este estudo privilegiou as unidades sociais, no caso, as domésticas migrantes. Percebe-se, como Decimo (1998) verificou em seus estudos, que essas redes fechadas podem também definir uma guetização dos empregos femininos, considerados desqualificados e com baixos níveis de escolaridade. Acrescente-se a isso, a informalidade e a desproteção social a que estão submetidas, mesmo no Brasil havendo políticas públicas para regularização do trabalho doméstico¹⁰.

Assim, o espaço de vida condiciona a experiência migratória, que, de acordo com Courgeau (1988), propõe quatro tipos de estágios do espaço de vida: difusão ou uma extensão, deslizamento, transplantação, e contração ou um recuo. O espaço de vida como difusão ou uma extensão em direção a novos pontos do espaço configura-se quando a mulher migrante começa a trabalhar como doméstica, conservando os lugares de afeição/ligação, como os seus lugares de origem (Mirabela/ MG e São Francisco/ MG). No deslizamento de posições, ou seja, com a incorporação de novos lugares ao espaço de vida (Belo Horizonte/ MG e São Paulo/ SP), há uma perda de posições anteriores.

¹⁰ Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, também conhecida como a “PEC das Domésticas”.

A transplantação pode ser uma consequência do deslizamento, se nenhuma posição anterior tiver sido mantida, havendo uma mudança completa da implantação do indivíduo no espaço, no caso, a topofobia (rejeição) ao espaço da metrópole é importante para pensar as migrantes rurais-urbanas. E, por fim, a contração ou o recuo no espaço de vida pode ocorrer se houver a perda de posições anteriores, como no caso da migração de retorno.

Em relação às trajetórias migracionais dessas mulheres migrantes, pondera-se que as duas trajetórias apresentadas, de maneira simplificada, demonstram as condições favoráveis da migração de mulheres em relação à busca por trabalho. Por outro lado, o funcionamento das redes sociais é um fator importante no que diz respeito à «cultura migratória» aliada à «cultura doméstica» presente na análise de suas redes. Entretanto, a maior parte das participantes desta pesquisa, apesar de possuir consciência de sua ação, de seu deslocamento ou dos motivos da migração, no começo do processo de mobilidade espacial (fatores econômicos), não conhecem o conjunto de fatores intervenientes no processo migratório (subjetividade), já que vivem a trajetória, não a interpretam. Por isso, algumas não se percebem parte desse nomadismo característico das mulheres que migram do meio rural para servir as famílias da classe média e alta no meio urbano.

A presente proposta de trabalho tratou de incitar reflexões acerca da migração feminina, abandonando o viés de que os migrantes são sujeitos heterossexuais e sem gênero, adotando como estratégia de reprodução social dessas famílias inseridas na região Norte de Minas Gerais entre os diferentes espaços de vida da migração interna e levando em conta a articulação entre trabalho, trajetórias e as redes sociais. Suscita-se que há lacunas a serem preenchidas pelo viés das relações de gênero e sobre as dinâmicas migratórias internas no Brasil quando dizem respeito ao segmento feminino, afinado com a complexa realidade social a ser descrita e decifrada, permitindo deter e analisar mais e melhor as complexas dinâmicas sociais, relacionadas com a movência e dissidências das mulheres.

Referências bibliográficas

Angelin, P. E. (2012) Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.

Assis, G. (2003) «De Criciúma para o mundo». *Os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares*. Em A.C.B. Martes, S. Fleischer (Orgs.), *Fronteiras Cruzadas etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Baeninger, R. A. (1999) Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações internas no Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado em Sociologia, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

Batista, E. H. A. (2010) «Povos de Santana»: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ.

Bertoldo, J. (2018) “Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos”, *Revista Katálysis*, Florianópolis, 21 (2), pp. 313-323.

Campos, J., Reis, C. I. S., Colla, C. (2016) “Caracterização espacial da migração de retorno ao Nordeste: uma análise dos fluxos migratórios intermunicipais nos quinquênios 1995-2000 e 2000-2010”. Em *XX Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 20, Foz do Iguaçu.

Catarino, C., Oso, L. (2000) “La inmigración femenina em Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpeza”, *Papers, Bellaterra*, (60), pp. 183-207.

Costa, J. B. A., Luz, A., Ferreira, A. C., Dayrell, C. A. (2008) “Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas”, *Revista Desenvolvimento Social*, Montes Claros, (1), pp. 63-78.

Courgeau, D. (1988) *Méthodes de Mesure de la Mobilité Spatiale: Migrations internes, mobilité temporaire, navettes*, Paris: Éditions de L’Institut National d’Études Démographiques.

Crenshaw, K. (2002) “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”, *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 1 (10), pp. 171-188.

Decimo, F. (1998) “Living the city the urban integration of Somali women in Naples”. Em V. Ferreira, T. Tavares, S. Portugal (Orgs.), *Shifting bonds, shifting bounds women, mobility and citizenship in Europe*, Oeiras: Celta Editora.

Durham, E. R. (1984) *A caminho da cidade*, 3^a edição, São Paulo: Perspectiva.

Fazito, D. (2002) “A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade”. Em *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 13, Ouro Preto.

Fernandez, B. P. M. (2018) “Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros”, *Revista de Economia Política*, São Paulo, 38

Fonseca, G. S. (2015) *Migrações da mesorregião Norte de Minas/MG: análises do Censo Demográfico de 2010*. Tese de Doutorado em Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG.

_____ (2010) “Reterritorialização de migrantes temporários mirabelenses”, Em *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 17, Caxambu.

Giusti, A., Calvelo, L. (1999) *En búsqueda de una medición de la reversibilidad. Migraciones y Procesos de Integración Regional*, S.I: Copiar.

Hagan, J. (1998) “Social Networks, Gender and Immigrant Incorporation: Resources and Constraints”, *American Sociological Review*, Washington, 63 (1).

Hellermann, C. (2004) “Uma relação difícil? Mulheres imigrantes da Europa de Leste e redes sociais”. Em *Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia*, 5, Lisboa. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e0fa38281_1.pdf

Herrera, G. (2012) “Género y migración internacional en la experiencia latinoamericana. De la visibilización del campo a una presencia selectiva”, *Política y sociedad*, Madrid, 49 (1).

Kofes, S. (2001) *Mulher, Mulheres: Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas: Editora da Unicamp.

Lima, J. C., Conserva, M. S. (2006) “Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal”, *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, (24), p. 73-98, abril.

Lisboa, T. K. (2007) “Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência”, *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 15 (3), pp. 805-821.

Lugones, M. (2008) “Colonialidad y Género”, *Tabula Rasa*, Bogotá, (9), pp. 73-101.

Lutz, H. (2017) “Care as a fictitious commodity: Reflections on the intersections of migration, gender and care regimes”, *Migration Studies*, 5 (3), pp. 356-368.

Maciel, L., Almeida, G. M. R. de. (2018) “As potencialidades da perspectiva qualitativa nas pesquisas sobre as identidades sociais e os projetos de mobilidade”. Em *XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 21, Poços de Caldas. Disponível em: http://www.abep.org.br/xxiencontro/arquivos/R0090-2_1.pdf

Magliano, M. J. (2008) “Mujeres, migración y roles de género. El caso de la migración boliviana hacia Argentina. Em *Amérique Latine Histoire et Mémoire*”, *Les Cahiers ALHIM*, 14. Disponível em: <http://journals.openedition.org/alhim/2102>

Marandola Júnior, E., Mello, L. F. (2005) “«Lugar» e «espaço de vida»: novos enfoques para o planejamento e a participação?”. Em *X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 10, São Paulo.

Monticelli, T. (2017) “«Administrando o lar»: a percepção de uma «cultura doméstica» e os desafios do trabalho doméstico remunerado”. Em *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 13, Florianópolis. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499437788_ARQUIVO_fazendogenero.pdf

Motta, A. B. da. (1977) Visão de mundo da empregada doméstica: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Salvador, Universidade Federal da Bahia, UFBA.

Neto, M. I. D.; Nazareth, J. (2012) “Redes sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas”. Em *XV Encontro Nacional da ABRAPSO*, Maceió. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/315.%20redes%20sociais%20na%20experi%C3%Aancia%20migrat%C3%B3ria%20de%20mulheres%20nordestinas.pdf

Nori, N., Bernardino-costa, J., Fleischer, S. (2011) “Introdução”. Em N. Nori, S. Fleischer, A. Figueiredo, J. Bernardino-Costa, T. Cruz (Orgs.), *Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*. Brasília: CFEMEA, MDG3 Fund, pp. 15-28.

Oliveira, M. L. R. (2012) “Migrações para assentamentos rurais: analisando as trajetórias de assentados no município de Padre Bernardo no Estado de Goiás, Brasil”, *Mundo agrário*, La Plata, 12 (24).

Paula, A. M. N. R. de. (2003) Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, norte de Minas Gerais: «a esperança de melhoria de vida». Dissertação de Mestrado em Geografia, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, UFU.

_____. (2009) Travessias... Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado em Geografia, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, UFU.

Piselli, F. (1998) “Mulheres migrantes: uma abordagem a partir da teoria das redes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, (50).

Portes, A. (2000) “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, (33), pp. 133-158.

_____. (1999) *Migrações internacionais origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta Editora.

Portugal, S. (2006) Novas famílias, modos antigos. As redes sociais na produção do bem-estar. Tese de Doutorado em Sociologia, Coimbra, FEUC.

Ramella, F. (1995) “Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios”, in *Inmigración y redes sociales en la argentina moderna*, Tandil: CEMLA-IEHS.

Ramos, N. (2014) “Migração, tráfico de pessoas e trabalho doméstico”, *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, 18 (2), pp. 425-438.

Ravenstein, E. G. (1980) “The laws of migration”, *Journal of the statistical society*, 47, pp. 167-227.

Rosa, J. G. (1957), *Revista Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 9.

Salata, R. (2017) Deslocamentos laborais, espaços de vida e projetos de autonomia: trajetórias de mobilidade em Santa Lúcia – SP. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Unesp.

Santos, R. J. (2015) “Trabalho doméstico remunerado e migração feminina: as construções de gênero na cultura dos lavradores do Norte de Minas Gerais”, *Revista Fato e Versões*, Santa Maria, 17 (13), pp. 1-16.

Soares, W., (2003) “A emigração valadarensense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais”. Em A. C. B. Martes, S. R. Fleischer, S. R. (Orgs.), *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra.

Saquet, M. A., Mondardo, M. C. (2008) “A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais”. *Revista NERA*, Presidente Prudente, 11 (13), pp. 118-127.

Sousa, L. G. (2016) Redes sociais, mercado e cultura migratória: um estudo sobre fatores associados à mobilidade populacional na microrregião de Governador Valadares no século XXI. Tese de Doutorado em Demografia, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

Teixeira, M. A. de A. (2015) “‘Metronormatividades’ nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil”, *Áskesis*, São Carlos, 4 (1), pp. 23-38.

Truzzi, O. (2008) “Redes em processos migratórios”, *Revista Tempo Social*, São Paulo, 20 (1), pp. 199-218.